

O REPUBLICANO



v. 2, n. 2, maio./agos. 2020



EDITORA
ILUSTRAÇÃO

Expediente

Editor: Fábio César Junges

Imagens da capa: Freepik

Revisão: Os autores

O Republicano, v. 2, n. 2, maio./agos. 2020

ISSN: 2675-939X

Rua Coronel Martins 194, Bairro São Miguel,

Cruz Alta, CEP 98025-057

E-mail: eilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

2020



O Republicano está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Editorial

Uma constituição verdadeiramente livre, em que todas as classes da sociedade gozem dos mesmos direitos, não pode subsistir à ignorância de uma parte dos cidadãos, que não lhes permite conhecer sua natureza e seus limites, obrigando-os a pronunciar sobre o que não conhecem, de escolher quando não podem julgar; tal constituição se destruiria por si mesma depois de algumas tempestades, e se degeneraria numa dessas formas de governo que não podem conservar a paz no meio de um povo ignorante e corrompido (Condorcet).

O Republicano dedica-se a assuntos literários, políticos e jurídicos representativos do repertório retórico e argumentativo cultivado pelas tradições republicana e democrática. Apresenta textos que discutem conceitos e práticas relacionadas à organização político-institucional da sociedade, à forma de governo, à cidadania e ao modo de exercício do poder público, em sua configuração histórica e significados distintos, ao modo de um diálogo entre interpretações.

As pesquisas de professores e estudantes aqui anunciadas tem por objetivo refletir sobre tais conceitos e práticas, além de abrir espaço para divulgar produtos, empresas, ideias e projetos. Uma boa leitura a quem nos prestigia com seu tempo.

A transversalidade da Redução de Danos

Maria Luiza Diello - Psicóloga

Vivemos num perigoso cenário econômico, humano, político e social que nos convoca permanentemente ao consumo e ao usufruto de tudo aquilo que esse sistema anota e aponta como produção de prazer. Sabemos que algumas gentes sempre hão de problematizar e pensar sobre isso, inventando outras possibilidades para a fruição da vida, enquanto outros serão apenas peças azeitadas nessa tacanha engrenagem. É claro que não se trata de pensar a vida fora disso, mas sim, de pensá-la em outras possibilidades territoriais, para além dos usos e abusos (nos mais diferentes campos) e em seus muitos desdobramentos.

Tomo a vida como a possibilidade de uma existência múltipla, mista, híbrida, não-ariana, não-asséptica, não-fascista. Não vejo como poderemos ter uma vida límpida, filtrada das coisas que o sistema e o ideário capitalístico nos apresentem, mas entendo que podemos trabalhar para reduzir os efeitos das coisas vindas do campo do consumo, que tanto encantaram várias gerações e que, por sua vez, provocaram um não-pensamento, uma a-criticidade, uma a-problematização. Rolnik ajuda-nos a pensar isso quando diz que “Vivemos sempre em defa-

sagem em relação à atualidade de nossas experiências. Somos íntimos desse incessante sucateamento de modos de existência promovido pelo mercado que faz e desfaz mundos: treinamos, dia após dia, nosso jogo de cintura para manter um equilíbrio nisso tudo e adquirir agilidade na montagem de territórios” (Guattari&Rolnik, 2005, p. 15). Enfim, podemos escolher usufruir de qualquer coisa que seja, mas também podemos decidir se faremos isso guiados/assujeitados pelo ideário dominante ou através de nosso fazer autônomo e livre, compondo e recompondo territorializações. .

Podemos pensar a perspectiva do desejo como produção (na carona de Deleuze, Guattari e Foucault) e, amotinarmos à RD, como uma perspectiva que retira das mãos da ciência o monopólio do saber sobre a vida e a saúde das gentes e lhes devolve nas mãos essa possibilidade de protagonismo, de produção de autonomia e de práticas de liberdade. Penso que a retomada do olhar contemporâneo sobre a vida, colocando-lhe um foco de luz sobre seus pulsares e não sobre suas impossibilidades, seja um dos méritos mais preciosos do campo da RD, sem contar todos os demais movimentos que têm provocado nas comunidades, na vida

das pessoas e na produção de novos modos de vida.

Pensar o desejo como produção, corre longe da perspectiva proibicionista, que anula vontades, que anula querer e que exige assujeitamento, impedindo a produção de práticas de autonomia e liberdade, e de fluxos existenciais; pensar o desejo como produção, implica em pensar um pouco a questão da estética da existência, da invenção de novos modos de vida e dos processos de subjetivação ética que se voltam contra o poder; trata-se, portanto, de pensar “Regras facultativas que produzem a existência como obra de arte, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida. É o que Nietzsche descobria como a operação artista da vontade de potência, a invenção de novas ‘possibilidades de vida’” (DELEUZE, 2006, p. 123). Faz-se necessário, portanto, tomar o processo de subjetivação moderna como algo a ser problematizado, percebendo a sujeição ao poder em várias instâncias, instâncias microfísicas e estratégicas, estabelecendo nos “modos de vida”, na estetização ético-política da vida, lutas contra a sujeição. Cabe reconhecer, ainda, que os exercícios da cultura de si, cada um em sua medida epocal, são lutas contra a sujeição. Não se trata de imitá-las, mas de colocá-las lado a lado com aquilo que nos cabe problematizar na subjetivação moderna: a normalização social (CARMO, 2007, p. 65).

A RD constituiu-se num novo modo de fazer ético, político e técnico que atravessa e transversaliza a vida das pessoas, da comunidade

e de das relações no território, portanto, provoca a viver de forma a contemplar as condições com que a pessoa possa usufruir de sua existência individual e coletiva, produzindo autonomia, práticas de liberdade, potência e vitalidade, enfim, desnormalização.

A RD foi inventada através da autonomia e do protagonismo das pessoas (trabalhadores e usuários), que, produzindo novas realidades para as condições dadas, constroem a si mesmos como novos sujeitos (processos de subjetivação éticos e estéticos), mostrando que não há mudança fora dos sujeitos, senão a partir da experiência com o outro, no coletivo, encontro que propicia a reinvenção de si, a produção do novo em si mesmo. Além de ampliarmos a noção de RD, é importante olharmos para esse campo como uma noção em movimento que, depois de constituída enquanto prática de trabalho na atenção ao usuário abusivo de drogas ilícitas, primeiro desfocou dessa questão e das DST’s/AIDS e, passando por outros movimentos, mais recentemente está desfocando da questão das drogas ilícitas; e, desfocando da questão das drogas ilícitas, se fortaleceu como método clínico-político ampliado.

Sabemos que a inventividade que produz movimentos pode também produzir movimentos, pois as pessoas que fazem usos abusivos se debatem (desde as mais tênues às mais amplas dimensões) com excessos, principalmente, de vida; os usos e os abusos de drogas (lícitas ou ilícitas) ou de qualquer outra coisa serão sempre apenas um dos pontos no imenso descampado da vida da pessoa; a vida, as potên-

cias, as impotências, os querereres, os fazeres são muito maiores do que isso, a pessoa em si, não é só os usos ou abusos que faz na vida.

A RD, portanto, nasceu dos movimentos das gentes e é decorrente da produção marginal (à margem do legalmente aceito e preconizado), e da produção de afetos e contágios -contágios para além das doenças e do orgânico-; contágios de generosidade, de solidariedade, de afetos, de fluxos, de movimentos, fazendo reverberação/ritornelo na vida das gentes e viabilizando a produção de redes e forças (potência). Muitos teóricos e poetas do fazer público já chamaram a atenção para esse aspecto poético do contágio; assim como o contágio propagador da transmissão de vírus e de doença produz morte e sofrimento, é também por essa via que se constitui e propaga a perspectiva de produção de vida e vivimentos.

Podemos olhar a RD em diferentes perspectivas de constituição; veja-se que enquanto Paradigma da Política Nacional de Atenção Integral para Usuários de Álcool e Outras Drogas, desdobrou a problematização e o enfrentamento ao paradigma proibicionista e da abstinência, constituindo-se de forma marginal, visto que suas estratégias e ferramentas iniciais estavam na contramão da oficialidade e da legislação sobre drogas; cabe anotar que as estratégias em DST/AIDS produziram Redes de Mobilização (envolvendo Serviços, Usuários, comunidade, território) e consolidaram essa Política (SOUZA & PASSOS, 2009).

A criação de um plano articulado em rede mobilizada socialmente gerou uma “zona de passagem” entre as minorias e a máquina estatal, fazendo do contágio e propagação da RD, uma forma de mobilização das minorias; veja-se que a infiltração na máquina de Estado, ampliou suas frentes de articulação, acionando novos processos e instituindo novos dispositivos de gestão e atenção, e viabilizando a construção de um novo sentido para política pública, se distinguindo das políticas estatais e alterando as mesmas. A força da RD se apresentou mais como questão de ordem política do que técnica, pois equivoca a lógica totalitária que rege o universo das drogas na justa medida em que cria uma rede de mobilização comum (SOUZA & PASSOS, 2009).

Uma das características mais importantes no campo da RD é o fato de que se produz no movimento permanente, feito de continuidades e descontinuidades, enquanto produção de experimentações –na coragem de ir tateando e tecendo novos, outros pensares e outros fazeres-, na capacidade de reconhecer no outro a singularidade do seu processo, enfim, em sua condição de trabalho vivo feito da capacidade inventiva que perpassa os campos ético-estético-político. Ético, por se compor a partir das experimentações e escolhas individuais do sujeito, baseadas não numa idéia de moral, mas sim de justiça e justiça; estético, por ser resultante da composição e da invenção da vida; e, político, por se tratar do lugar do sujeito e de sua relação com o mundo.

Já, a RD enquanto método clínico-político implica no reposicionamento subjetivo de todos os envolvidos nesse trabalho (usuários, trabalhadores, comunidade). Os usuários são convocados a assumir uma posição não mais passiva nas práticas de cuidado. Novos atores surgem nas práticas de produção de saúde, gerando o efeito de produção de protagonismo entre aqueles que, a princípio, seriam tão somente ‘pacientes’ das ações de cuidado e que, por ora, tornam-se também produtores de uma nova política de saúde. Entre os trabalhadores, que deixam de ser meros executores da política de saúde e entre a comunidade, que passa a atuar solidariamente na atenção ao uso de drogas, passa-se a operar o cuidado como condição própria das relações humanas (cuidado de si e do outro), redimensionando a questão da qualidade de vida, constituindo práticas territoriais; vê-se que a produção de saúde e a produção de subjetividade se apresentam como dimensões indissociáveis (SOUZA & PASSOS, 2009).

A RD tornou-se um método clínico-político realizado por diferentes dispositivos, sejam eles: a atualização dos princípios do SUS (universalidade, integralidade e equidade), quanto as diretrizes da política nacional de álcool e outras drogas (transversalidade, clínica ampliada e ação no território) e as funções criadas pela própria RD (gestão comum, co-responsabilidade e cooperação); a afirmação como um caminho possível dentro do jogo de forças que compõe o campo político das drogas; e ações decorrentes da capacidade de mobilização que tal método pode produzir (SOUZA & PASSOS, 2009).

Para olhar para os excessos de vida e para compor o pensamento sobre o transversamento da RD da vida das gentes, na produção de subjetividades, é preciso olhar para as vidas como vidas-conceitos, como vidas-paradoxo que descontinuam as convenções e recriam inventividades, desconstituindo o instituído e provocando problematizações.

É preciso problematizar sobre o que seja a vida; sobre os usos e abusos que se operam em nossas existências; sobre os excessos de vida que desatinam aqueles que vivem vidas contidas; sobre o que estamos fazendo de nós mesmos; sobre as perspectivas éticas de nossos existires; sobre a os processos criativos (estética da existência) na produção de processos de subjetivação; sobre a dimensão em que operamos o cuidado de si e do outro.

É preciso, então, desenhar um ontologia crítica do presente, problematizando o modelo de vida dominante (consumo, competição, perspectiva exploratória e predatória, individualismo), o que nos remete a pensar a questão da produção da subjetivação a partir da forma como nos deixamos e fazemos atravessar por determinantes humanos, históricos, culturais, políticos, econômicos e sociais, fazendo-nos sujeitos éticos e agentes morais. Enfim, o que se pode fazer para lidar com a vida e com os excessos de vida e fazer disso vivimentos e não morrimentos; e aqui cabe lembrar que para Foucault “o sujeito se constitui através das práticas de sujeição ou, de maneira mais autônoma, através das práticas de liberação”; fazer de sua vida uma obra de arte, uma invenção

permanente, uma criação, uma invenção de si, implica na resistência ao que está convencionado e absolutizado como modelo identitário e normalizador, produzindo uma subjetividade genuína, singular, a partir daquilo que não faz elemento numa série, que não se faz simulacro de outras obras e que se cria a partir do interesse próprio do sujeito, a partir da invenção de si (FOUCAULT in: DREYFUS & RABINOW, 1995).

Os processos de subjetivação, a resistência, a reinvenção das condições e processos de subjetivação, se dão em reação ao totalitarismo e absolutismo do modelo dominante. O encontro de novas resistências contra uma subjetividade que a cada dia impera. A ética do cuidado remete ao coletivo e não somente ao indivíduo. A relação consigo pressupõe a relação com o outro e com todo o meio em que se vive (CARMO, 2007, p. 65). Esta é uma perspectiva que vem sendo desenhada, ultrapassando as justaposições dicotômicas e abrindo infinitas variáveis de condições de possibilidades de vivências, experimentações e articulações. Isso muda as relações interpessoais e grupais, propiciando a invenção da política de saúde no (des)caminho da promoção da vida e da produção de fluxos. Isso muda a produção dos processos de subjetivação no contemporâneo.

Referências

CARMO, Miguel Ângelo Oliveira do. Exercícios de liberdade: Foucault e o cuidado de

si. In: Revista Mente, Cérebro e Filosofia. São Paulo, Duetto Editorial, 2007.

DELEUZE, Gilles. Conversações. São Paulo: Ed. 34, 1 Ed. (1992) 5 Reimp. 2006.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DOSSE, François. Gilles Deleuze & Félix Guattari – Biografia Cruzada. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. 7ª ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SOUZA, Tadeu de Paula & PASSOS, Eduardo. Redução de Danos no Brasil: aspectos históricos e políticos. In: TEDESCO, Silvia & NASCIMENTO, Maria Lívia. Ética e Subjetividade: novos impasses no contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2009.

A NOÇÃO DE EXPERIÊNCIA NA FILOSOFIA DE GADAMER - Parte I

Vanessa S. Neubauer - Professora

O conceito de vivência é próximo ao de experiência, sendo que ambos possuem implicações fundamentais um com o outro. No entanto, não são iguais, pois apresentam características que os aproximam e os afastam enquanto termos filosoficamente conceituais. O conceito de experiência filosófica no horizonte da hermenêutica de Hans-Georg Gadamer perpassa a noção de experiência significativa implicada à instauração de sentido na essência da existência.

A experiência significativa refere-se, aqui, à instauração de sentido na existência e pode ser entendida como a própria experiência hermenêutica filosófica, que exige retomada e elaboração das vivências anteriores para permitir apreensão e elaboração do conhecimento. No entanto, a elaboração não é somente ser consciente de suas memórias, mas ir além, visto que participar da experiência, em seu sentido amplo, é deixar-se interpelar pelo estranho e distinto. Guarnieri, em seu texto *La filosofia e il pathos della tragedia*, apresenta uma entrevista com Dennis Schmidt, em Roma, a qual o autor inicia do seguinte modo: “gostaria de apresentar meu ponto de vista filosófico [...] [ressal-

tando que] o que melhor corresponde à tarefa do pensar é escopo completo do que podemos aprender com uma experiência” [tradução nossa].

Tal experiência tem sua coerência, pois se configura na vida dos indivíduos de modos diversos e envolve todos na busca pela emersão de seu subsolo, que é comum às intuições acerca do poder do acaso e da incessante presença da finitude humana, que determina, poderosamente, em cada um de nós, o significado e o sentido da vida. Logo, sua tarefa é demonstrar que “o movimento da compreensão não é uma comunhão misteriosa das almas, mas uma participação num sentido comum”. Além disso, ela também não é um dado de uma autoconsciência nem de um espírito absoluto. Segundo Figal, para Gadamer, “a experiência não é conhecimento pronto, mas a própria abertura para deixar que algo ocorra”. Isso significa que seu movimento é de instauração de sentido perante seu acontecer finito, histórico e factual. Assim, o sentido de uma experiência decorre de uma construção pautada no esforço da autocompreensão, implicada às medidas do pensamento racional, instaurado na meditação e contemplação para consigo, para com as coisas em seu acontecer.

Segundo Rohden, todos os seres humanos, direta ou indiretamente, pensam sobre o enigmático e inesgotável contexto do que envolve o sentido das coisas, pois, segundo ele, em um momento ou outro, perguntamos acerca dessa questão. Isso ocorre quando questionamos: qual o sentido do mundo? Qual o sentido de um texto? Qual o sentido da vida? Qual o sentido das coisas? E assim por diante. Quando alguém afirma que a “vida não tem sentido”, já está empregando um sentido a ela. Com isso, a existência humana é permeada por uma busca de sentido constante, mesmo onde nos parece, de início e superficialmente, não haver sentido. No entanto, ele está sempre presente. Gadamer refere-se à sua noção de significação da experiência do seguinte modo:

[...] significação diz que, na especialidade do encontro, o que se torna experiência não é o especial, mas a totalidade do mundo experienciado e da posição do ser do homem no mundo, justamente também sua finitude frente à transcendência. (...) isso não significa que a expectativa incerta de sentido que nos torna uma coisa importante possa jamais encontrar realização completa, de modo que nos apossamos do sentido total, compreendendo-o e reconhecendo-o.

Com efeito, é somente pelo acontecimento de uma experiência que nos apropriamos do sentido das coisas. A experiência é, de fato, algo que faz parte da essência do homem. Grondin expressa que o sentido da vida aspira o todo e envolve a experiência implicada às medidas de sabedoria. Segundo o autor, a ideia de um estilo de vida ou uma sensibilidade (de respon-

sabilidade) em relação a ela nos leva a evocar um último nível de significado para a expressão de um sentimento para com a instauração de um nexa a vida. Nesse contexto, sentido é o da existência, que se revela no apreciar a vida, no esforço de ponderação que decorre de uma dimensão reflexiva, do bom senso, de um ser humano sábio. Nesse caso, a experiência tem seu sentido vital, que se revela diante das medidas da sabedoria e está em consonância direta com as vivências anteriores. O contexto da experiência implicada à sabedoria desvela que ela está intimamente comprometida com a meditação dos vividos anteriores, ou seja, a vivência como simplicidade natural da vida, com pretensão de se tornar uma experiência que decorre de uma determinada racionalidade.

Em decorrência disso, cabe salientar que a noção de experiência significativa é compreendida como experiência de instauração de sentido. Silva afirma que, para Gadamer, o “mistério da experiência é toda experiência humana de sentido e sua concepção hermenêutica da experiência tem como raiz todo o pensar”, mas não se reporta a qualquer sentido. Seu sentido primordial é sua correspondência à existência humana e sua implicação direta ao cuidado com a vida individual e coletiva. A natureza da vida, por sua vez, é organizada em suas funções naturais, mas o homem é capaz de desorganizá-las positiva ou negativamente, no exercício de seu pensar e agir, o que, de fato, envolve o próprio movimento da experiência.

Assim, o movimento da experiência, aqui, não possui sentido de preocupação lógica e gra-

matical com referência à totalidade de sentido, mas, sim, um horizonte existencial. Isso enfatiza o sentido da experiência em termos da preocupação com a unidade da vida em seu contexto social e cultural, levando-nos a pensar no modo como conduzimos a vida na realização de nossas experiências de mundo. Nas palavras de Iser, “quando o sentido e o significado agem juntos, eles garantem a eficácia de uma experiência que nos permite constituirmos a nós mesmos, constituindo uma realidade que nos era estranha”. Diante da diversidade que se volta ao mundo da vida, existe, sim, uma corresponsabilidade do agir humano sobre ela, que deve ser levada a sério.

Referências

- 1 GUARNIERI, Cristina di. La filosofia e il pathos della tragedia: Entrevista a Dennis Schmidt. Roma, 2008. Disponível em: <<http://www.giornaledifilosofia.net/public/scheda.php?id=106>>. Acesso em: 18 set. 2015.
- 2 GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método I. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014. p. 437.
- 3 FIGAL, Günter. Oposicionalidade: o elemento hermenêutico e a filosofia. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 17.
- 4 ROHDEN, Luiz. Sobre o Sentido. Veritas, Porto Alegre, v. 50, n. 2, p. 293-303, jun. 2004.
- 5 GADAMER, Hans-Georg. A atualidade do belo: A arte como jogo, símbolo e festa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985. p. 52.
- 6 GRONDIN, Jean. Del Sentido De La Vida: Un ensayo filosófico. Traducción de Jorge Dávila. Barcelona: Herder Editorial, 2005. p. 42.
- 7 “Da prática do sábio. (...) Para se tornar sábio, é preciso querer experimentar certas vivências, ou seja, cair deliberadamente em suas goelas. Algo certamente muito perigoso: mais de um “sábio” já foi aí devorado”. NIETZSCHE, Friedrich. Humano, demasiado humano. Trad. Carlos Antonio Braga. 2ª ed. São Paulo: Escala: 2007.p.234.
- 8 SILVA, Maria Luíza Portocarreiro Ferreira da. O preconceito em H. G. Gadamer: Sentido de uma Reabilitação. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. p. 7.
- 9 ISER, W. O Ato da leitura. São Paulo: Ed 34, 1999. (Volume 1). p. 82.

A QUESTÃO DO PENSAMENTO NA ÉPOCA DA TÉCNICA

Adair Adams - Professor

No texto *A questão da técnica*, publicado no livro *Ensaio e Conferências* (2006), Heidegger procura estabelecer uma interpretação filosófica acerca da essência da técnica e suas diferenças ao longo dos últimos séculos, sobretudo a partir da sua concepção moderna. Nesta interpretação apresenta uma distinção entre a determinação do que é a técnica e a sua essência. Ao falar sobre a determinação da técnica, apresenta os elementos daquilo que podemos visualizar na situação de estar diante da técnica, daquilo que se nos apresenta imediatamente, como uma espécie de primeiro ver e primeiro contato. Ao falar sobre a essência da técnica, apresenta aquilo que está pressuposto na determinação, aquilo que está para além do que se apresenta aos nossos olhos. Heidegger (2006) não nega os aspectos da determinação da técnica como se não fossem reais ou não existissem como se fossem uma espécie de ilusão sobre a técnica. A questão central é que os elementos de determinação da técnica não dizem plenamente o que está implicado na técnica. Por isso, Heidegger se propõe a uma reflexão sobre a essência da técnica em que ela possa ser compreendida de modo mais

plenamente e em toda sua dimensão na vida dos seres humanos. Essa reflexão filosófica sobre a técnica fez de Heidegger um dos autores referenciais no século XX sobre a questão para além do âmbito da filosofia. E o texto *A questão da técnica*, que é central dessa argumentação, se tornou incontornável para uma pesquisa aprofundada sobre a técnica. Muitas transformações aconteceram no fim do século passado e início deste século que requerem uma ampliação e redirecionamento da reflexão heideggeriana. No entanto, compreendemos que é uma perspectiva valiosa para pensar o ser humano em suas mediações de construção de mundo, em que a técnica se apresenta como a mais importante e fundamental no presente. Compreendemos que Heidegger nos leva a uma direção de busca sempre aprofundada e inquietante em que não podemos nos contentar com o que está dado em torno da técnica e das novas tecnologias. E que o seu ponto de partida é o ser humano pensado na linguagem para então pensar na técnica e suas implicações no nosso mundo. Pensar a essência da técnica é um esforço para além do dado em que está implicado de modo originário que pensa e coloca a técnica como uma questão, o ser humano.

GUERRA NO SERTÃO BAIANO

UM CRUZALTENSE A CAMINHO DE CANUDOS

Fabrcio Renner de Moura

Mal cessara o derramamento de sangue da Revolta da Armada (1893-1894) e da Revolução Federalista (1893-1895), dois movimentos armados ocorridos respectivamente na cidade do Rio de Janeiro e nos três estados da região sul, a jovem República, com menos de uma década de existência, mais uma vez encontrara-se diante de um conflito de dimensões nacionais.

As atenções das elites e da imprensa republicana voltaram-se para o nordeste do país. Ignorados pela República, Igreja Católica e chefes políticos locais, a gente pobre e excluída do sertão, como baianos, sergipanos, cearenses, pernambucanos, alagoanos, paraibanos e potiguares formaram entre os anos de 1893 a 1897 o arraial de Canudos, interior do estado da Bahia. Ainda no ano de 1893, o local seria rebatizado com o nome de Belo Monte, contando com aproximadamente 25.000 habitantes e 5.000 casas.

Liderados pelo beato Antônio Vicente Mendes Macial, o Antônio Conselheiro, que desde 1870 realizava pregações pelo sertão nordestino, índios, ex-escravos, prostitutas, lavradores, desempregados, fugitivos e criminosos

arrempidos castigados pela fome, estiagens e impostos republicanos e excluídos da nova ordem social que nascera com o fim da escravidão (1888) e com a Proclamação da República (1889), encontraram no carisma e na fé de Conselheiro, o detentor de suas esperanças, o guia para a terra fértil, farta e com justiça social.

Embora, Antônio Conselheiro e seus seguidores conhecessem pouco da República e de qualquer forma de governo, não eram os únicos pois muitos brasileiros comuns e também das elites provinciais foram surpreendidos com a Proclamação do novo regime, o fato de homens e mulheres pobres edificarem uma cidade independente no sertão baiano não agradou proprietários de terras, jornalistas, políticos e comerciantes da região. Então, Conselheiro e os moradores de Belo Monte tornaram-se uma ameaça a República.

O “levante monarquista” de Canudos contra a República ocupou significativos espaços na opinião pública nacional. No Rio Grande do Sul, tropas foram mobilizadas chegando a 5.000 soldados para a quarta e última expedição. Em Cruz Alta, apesar de pouco mais de 3 anos do fim da Revolução Federalista, a relação entre republicanos e federalistas ainda eram tensas. Através do periódico O Cruz Alta, órgão de circulação semanal do Partido Republi-

cano Cruzaltense, ocorria uma verdadeira guerra de palavras de cunho ideológico.

As informações do conflito de Canudos, extraídas do jornal carioca O Paiz, corroboravam com o contexto político local. Textos relatando os diários sobre as operações militares traziam termos pejorativos a comunidade de Belo Monte, como bandidos e Antonio Conselheiro e seus fanáticos. A exemplo das cidades gaúchas de Bagé, São Gabriel, Rio Grande, Rio Pardo, Pelotas e Porto Alegre que mobilizaram batalhões de Infantaria e Cavalaria, Cruz Alta também mobilizou um pequeno efetivo, no entanto, alguns jamais voltariam para casa, como o cabo Roque.

SONETO INSUFICIENTE

A pedra foi lançada ao alto
Alvo concreto não havia
Certeza apenas da queda
Insuficiente a resistência

Espera todo dia pela chuva
A seca e o calor não cessam
O contrário não é improvável
Fortunas sem virtudes

Relações entre vivos
Energias complexas
Talvez não sejam eternas

O bem e o mal se entrelaçam
Dois fios de cores diversas
Contraste na história do insuficiente

Prof. Tiago Anderson Brutti